



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE NOVEMBRO DE 2002

Senhora Embaixadora Dulce Pereira; Senhor Carlos Alves de Moura, Presidente da nossa Fundação Palmares; Doutor Oto Adão, Presidente do Centro Nacional da Cidadania Negra; Senhores Ministros aqui presentes; Senhoras e Senhores,

Queria, em primeiro lugar, dizer que é com muita satisfação que os recebo aqui, no Palácio do Planalto, neste dia em que celebramos, mais uma vez, o Dia da Consciência Negra no Brasil. E, por certo, tenho que agradecer muito especialmente as palavras do Doutor Oto Adão, de imensa generosidade, que é o nosso Presidente do Ceneg.

Sua exposição foi tão minuciosa que quase me dispensa de ler o texto que tenho escrito aqui, porque mais valem as palavras dele do que as minhas, a respeito do esforço que estamos fazendo para recolocar a questão da população negra no Brasil, e da consciência negra, de uma maneira mais adequada.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade para, ao agradecer ao Doutor Adão, agradecer a muitas outras pessoas, como o Carlos Moura, já aqui mencionado, Presidente da Fundação Palmares, à Doutora

Dulce Pereira, também, que tem ajudado muito nesse trabalho e, sobretudo, à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que foi de onde foi possível partir para que a Palmares pudesse ter hoje, como tem, sob sua chefia, essa projeção que está ganhando.

Quero lhes dizer, com muita sinceridade e também com muita simplicidade, que, ao ouvir as palavras do Doutor Adão, eu fiquei pensando: “Bom, de qualquer forma, o Brasil mudou, para melhor.” E me recordava de algo que já mencionei algumas vezes, aqui, e repito, neste dia de hoje: quando eu era jovem pesquisador e trabalhava num programa do negro no Brasil, fui uma vez convidado para ir ao Itamaraty, na sala dos índios, fazer uma exposição. E havia alguns velhos embaixadores. Embaixador, por definição, não envelhece, mas, enfim, alguns importantes embaixadores lá estavam.

E eu, com o entusiasmo dos meus vinte e poucos anos, relatava o que tinha encontrado pelo Brasil afora, em matéria de preconceito racial, porque disso que se tratava. E era uma pesquisa que a Unesco tinha patrocinado, dirigida pelo Professor Roger Bastide, um francês de quem eu era assistente, e pelo Professor Florestan Fernandes, de quem fui, depois, também assistente. E essa pesquisa foi incentivada por um dos maiores antropólogos do mundo, que é o Claude Lévi-Strauss, que ainda está vivo.

Então, eu relatava as questões do preconceito, no Brasil. Ao final da sessão, o Embaixador que presidia a reunião me chamou e disse: “Olha, eu, por pouco, punha você para fora daqui, porque não é possível falar essas coisas diante de estrangeiros”. Porque era uma reunião internacional e eu dizia uma coisa simples, o que eu tinha visto: que havia preconceito no Brasil. Porque a nossa democracia era uma democracia de palavras, que consistia em afirmar que não havia diferença de raças entre nós e consistia em fechar os olhos para as diferenças que existiam, não só de preconceito, mas, até, de racismo.

É claro que isso é uma luta antiga e, certamente, muitas pessoas no Brasil, muitos líderes negros e não negros, se identificaram, no sentido de mostrar que não era assim e de criar uma verdadeira sociedade democrática. Mas, repito, de lá para cá as coisas mudaram, e mudaram

significativamente. Ainda hoje, é verdade, não mudaram completamente.

Em um desses dias, sendo entrevistado na televisão – creio que nem foi para o ar ainda, nem sei se vai esse pedaço –, me perguntavam sobre a questão da distribuição de renda, pobreza, esses temas que são de preocupação de todos nós. Eu disse: “Olha, infelizmente, mesmo sem ver os números, eu posso lhes dizer o seguinte: os mais pobres, no Brasil, se quiserem localizá-los, estão, provavelmente, no interior do Nordeste, em famílias chefiadas por mulheres que sejam negras e tenham filhos. Aí se concentra, até hoje, a pobreza. Os mais pobres são, sempre, negros e de uma família com mulher e sem homem.”

Ora, família negra sem homem, depois da Abolição, era o comum. Porque, na verdade, a mulher é que conseguiu se reorganizar na força de trabalho e o homem, não. Então, na prática, o núcleo da família negra era a mulher.

E, se a família negra, até hoje, chefiada por mulher, é a mais pobre, é que ainda é preciso mudar muita coisa, porque ainda não mudou, completamente, o nosso panorama de diferença racial, no Brasil.

Tenho experiência antiga, pois andei por muitas regiões do Brasil e pesquisava nos bairros pobres, nas favelas. Eu fiz um trabalho, uma vez, sobre umbanda, depois, sobre candomblé. Ainda recentemente, já Presidente, tive o prazer de voltar a um desses temas, porque foi editado, na França, um livro do Professor Roger Bastide sobre candomblé e outras religiões e me pediram para escrever a introdução. Fui escrever a introdução e fui me recordar daqueles estudos antigos que eu tinha feito sobre essas religiões.

Portanto, convivi com as populações mais pobres. E como era isso? Por exemplo, na favela. Uma que tenho muito nítida ainda na memória era em Santa Catarina – que não é uma região de negros, especificamente, mas onde há negros, como os há em toda parte do Brasil –, isso nunca saiu da minha memória: onde havia barranco, lá estavam os casebres dos negros. Na favela. Quer dizer, havia a favela do branco e havia a favela do negro, na favela.

Quem teve essa formação, como a que eu tive, de lidar com essas questões sociais dessa maneira, não poderia nunca se esquecer disso, nem como Sociólogo, nem, muito menos, como Presidente da República. Eu tinha que ser fiel ao que vi e tratar de criar condições para que haja um espaço maior no Brasil para discutir esse tema. Não é só por causa dos negros, é por causa de todos, porque a desigualdade afeta a todos, não é só aos negros. Não há sociedade democrática se não houver realmente uma consciência desses problemas e uma luta persistente e pertinaz para acabar com essas formas de discriminação.

E, no Brasil, era muito fácil, porque era tão enraizado na nossa consciência que não havia preconceito que era só repetir isso, o que se fazia com muita tranquilidade. E basta não olhar muito de perto a realidade e continuar dizendo, pelo mundo afora, que somos uma democracia racial.

Não é assim que se constrói a democracia racial. Constrói-se mostrando os problemas e lutando para que haja maior igualdade. Hoje, por sorte, a consciência negra é alguma coisa que avança.

Vou contar um outro pequeno caso. Desculpem, acho que é mais interessante, ao invés de ler, repetir o que já foi dito, uma coisa mais pessoal. Ontem, fui ao Rio de Janeiro visitar o porta-aviões brasileiro, que hoje se chama São Paulo, que é um porta-aviões imponente e tal. E levei dois netinhos meus – uma netinha e um netinho. E eu lhe disse: “Você está aqui? E não tem aula?” Ele mora no Rio de Janeiro. Ele disse: “Não”. Eu disse: “Por quê?” “Ah, porque hoje é o Dia da Consciência Negra.” Quer dizer, é uma coisa importante. Ele tem 8 anos, não está na aula, mas por que não está na aula? Porque é feriado, porque é o Dia da Consciência Negra. Eu perguntei: “Você sabe o que é isso?” Ele não sabe muito bem, mas tem alguma noção.

Quer dizer, são coisas pequenas, mas são coisas que mudam as pessoas, que mudam o Brasil. Quer dizer, desde pequenininho, já fica sabendo que tem que prestar atenção a um problema que é um problema de todos nós, que é um problema da formação de uma sociedade plural, de uma sociedade democrática e que se orgulha disso, porque nós sempre nos orgulhamos de ser uma sociedade plural. O que não queríamos é reco-

nhecer que, sendo uma sociedade plural, não éramos iguais. Mas sempre gostamos de uma sociedade plural, de mestiçagem, isso é verdadeiro.

A situação do negro no Brasil não é igual à do negro nos Estados Unidos, nesse aspecto. Não vou entrar em detalhes, nem preciso. É diferente. Mas, ao ser diferente, não por isso significa que temos que fechar os olhos e deixar de ver que há preconceito e que há racismo até no Brasil.

Mas, hoje, estamos já em uma outra etapa, em que se começa a institucionalizar os instrumentos de encontro da sociedade, dela com ela própria. Esse passo no Itamaraty, acho muito importante. Fui Chanceler, lamentavelmente por pouco tempo, porque depois me deram um emprego muito ruim, que era o de Ministro da Fazenda. O de Chanceler não era mau. E, ao mesmo tempo em que fui Chanceler, era notável a falta de diversidade, colorido não havia. É muito pequeno o colorido no Itamaraty. Ora, não fica bem, não fica bonito, é melhor ter um leque muito mais variado, porque é o Brasil. O Brasil é muito mais variado do que uma coisa monocromática. Não tem cabimento ser monocromático. Nós não somos assim.

E, por outro lado, também em termos da igualdade de oportunidades, é importante que haja um movimento especial afirmativo, de que haja condições para que, com igualdade, porque se deram as condições para serem iguais, então, depois, faz o exame e passa. Não é que está se dando uma “colher de chá”, no sentido negativo; ao contrário, está se dando uma oportunidade para que a pessoa possa avançar.

Mas, dito isso, acho que hoje é um dia de regozijo, porque avançamos em muitos setores. Ainda agora, de manhã, fomos lá inaugurar, com a Embaixadora Dulce, a questão do Centro de Referência da Cultura Negra, com o Presidente do Banco Mundial, que lá estava assistindo. E que, também, o Banco Mundial, através do Presidente, notava esse fato que foi aqui referido, de que, finalmente, o Estado brasileiro reconhece esses problemas, que são os problemas do povo brasileiro, e abre espaços institucionais, dentro do Estado, para que, efetivamente, possamos ter, aí, uma democratização maior da nossa sociedade.

Não tenho dúvidas quanto a este caminho que foi aberto – não por mim, foi aberto pelos líderes negros, pelas lutas negras, pelo passado de tanta gente que pelejou e, no presente, que continua pelejando –, não tenho dúvidas de que isso, hoje em dia, é algo que veio para ficar. Não há mais modo de ir para trás. E a nossa sociedade é muito curiosa, porque ao mesmo tempo em que tinha, e ainda tem, em certos setores, essas resistências racistas e preconceituosas, tem uma mobilidade social muito forte. Tanto há prova que o meu sucessor foi operário. E vai ser meu sucessor aqui, o que é uma coisa importante do ponto de vista sociológico, de mobilidade social. O principal oponente dele, também do ponto de vista de mobilidade social, era um exemplo de mobilidade ascendente. É uma sociedade, portanto, que tem um dinamismo social muito grande, de tal forma que, uma vez abertas as portas para que as populações, a comunidade negra participe disso, elas vão participar e vão entrar com mais vigor ainda nesse processo brasileiro de mobilidade social e de aceitação de uns pelos outros, que é alguma coisa que no Brasil começa a ser crescente.

Isso que estamos fazendo agora, de transição de um governo para outro, transição democrática, é o mesmo processo. Tem que aceitar. Um tem que aceitar o outro. Sei que não me aceitaram muito, em certa época. Mas eu aceito, porque acho importante ser democrata. É mais importante, realmente, manter uma atitude coerente de aceitação do outro. O povo é assim, é variado. Nós temos que aceitar como uma coisa positiva essa diversidade e fazer com que ela funcione institucionalmente, porque não há democracia que se afiance só nos valores ou só no movimento social ou só nos desejos, só na vontade. É preciso que haja organizações que mantenham as condições de democratização e que assegurem aquilo que é fundamental na democracia, que é uma igualdade: a lei. Quando não existe a lei que assegure a igualdade, por mais que um governo avance, depois pára, porque as condições não são as mesmas quando se muda de um governo para outro. Quando há lei e quando há instituições, como, por exemplo, a Palmares, quando há o reconhecimento dos quilombos, quando há, enfim, isso que foi mencionado aqui abundantemente, e isso já está na lei, fica muito mais difícil,

qualquer que venha a ser a inspiração – não me refiro a esse próximo governo – dos próximos governos, fica muito mais difícil recuar, porque se enraíza, efetivamente, a democracia.

De modo que, para mim, o dia de hoje é um dia de celebração da democracia. Portanto, isso para mim tem um valor imenso não apenas do ponto de vista da comunidade negra, mas do ponto de vista brasileiro, do ponto de vista do conjunto dos brasileiros e das brasileiras que reconhecem a importância da participação ativa dessa parte imensa da nossa população na nossa vida. E participação com o reconhecimento de todos, porque é uma participação institucionalizada e democrática.

Agradeço, finalmente, mais uma vez, as suas palavras, Doutor Adão, e a presença de todos. E quero, ao terminar, reafirmar que isso não é senão um começo. Não é senão o começo de uma mudança que precisa ser ainda muito mais aprofundada no Brasil, que, tenho certeza, dentro da democracia, será.

Muito obrigado.